

## **A fundamentação filosófica ocidental da ética militar e suas implicações ao poder aeroespacial**

### **The Western philosophical foundation of military ethics and its implications for aerospace power**

DOI:10.34117/bjdv7n12-198

Recebimento dos originais: 12/11/2021

Aceitação para publicação: 01/12/2021

#### **Humberto José Lourenção**

Pós-doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME;

Docente da UNIFA e Docente da AFA – Estrada de Aguaí, s/nº - Jardim Bandeirantes, Pirassununga/SP, CEP: 13631-750  
E-mail: lourencao@hotmail.com

#### **Thiago Gealh de Campos**

Mestrando na Universidade da Força Aérea – UNIFA em Ciências Aeroespaciais; Bacharel em Ciências Aeronáuticas e Administração pela Academia da Força Aérea – AFA

Capitão Aviador da Força Aérea Brasileira; Instrutor de Voo da AFA e Instrutor Militar do Corpo de Cadetes da Aeronáutica – Estrada de Aguaí, s/nº - Jardim Bandeirantes, Pirassununga/SP, CEP: 13631-750  
E-mail: gealhtgc@fab.mil.br

#### **RESUMO**

O atual contexto de ampla relativização perniciososa dos referenciais morais da vida em sociedade tem transbordado para uma distorção de princípios éticos nos quartéis. Esta vulnerabilidade impacta nas Forças Armadas ao ocupá-las com inimigos internos e burocracia inoperante, tornando-as disfuncionais para a Defesa do país em prol da Segurança do Estado. Em razão deste panorama, o presente trabalho tem por objetivo fornecer o arcabouço teórico para fundamentação conceitual filosófica da Ética Militar e suas implicações ao Poder Aeroespacial, almejando especificamente ser instrumento de diminuição dessa vulnerabilidade por meio de melhoria no planejamento do ensino militar e formação ética profissional dos oficiais de Força Aérea, que são os administradores profissionais da corporação, por meio de bases acadêmicas seguras. Para isso são feitas análises reflexivas com conclusões parciais e, por fim, levando em conta o apontamento das limitações da pesquisa, constrói-se a síntese da fundamentação teórica para o tipo ideal de Ética Militar, considerando as Revoluções Militares que deram origem ao contexto em que a geopolítica do Poder Aeroespacial está inserida.

**Palavras-chave:** Ética Profissional Militar; Ensino Militar; Poder Aeroespacial.

#### **ABSTRACT**

The current context of a pernicious wide relativization of the moral references of life in society, has overflowed to a distortion of ethical principles in the barracks. This vulnerability has an impact on the Armed Forces by occupying them with internal

enemies and excess of bureaucracy, making them dysfunctional for the Defense of the country to promote State Security. Due to this outlook, the present study aims to provide a theoretical framework for the philosophical conceptual foundation of Military Ethics and its implications for Aerospace Power, specifically aiming to be an instrument to reduce this vulnerability by improving military education planning and professional ethical training of Air Force officers, who are the professional administrators of the corporation, through academic endorsed bases. For that purpose, reflective analyzes are made, with partial conclusions in each one of them and, finally, considering the limitations of the research, the synthesis of the theoretical foundation is built for the ideal type of Military Ethics, regarding the Military Revolutions that gave rise to the context in which the geopolitics of Aerospace Power is involved.

**Keywords:** Professional Military Ethics; Military Education; Aerospace Power.

## 1 INTRODUÇÃO

O atual ambiente de guerras de narrativas polarizadas pela disseminação das denominadas "*fake news*", no contexto epistemológico de pós-verdades, cuja difusão tem sido facilitada pela tecnologia da informação, provoca uma vulnerabilidade mais premente na dimensão psicossocial dos Estados modernos, mas com transbordamento para a dimensão militar, na medida em que esta é explorada por grupos que almejam o seu apoio visando aumento do próprio poder ou enfraquecimento das Forças Armadas, tornando-as propositalmente disfuncionais.

Ademais, a tendência à hibridização das guerras contemporâneas, com fusão entre operações de guerra e não-guerra e tipos muito difusos de ameaças, levando a ocorrência do conflito armado em uma zona cinza indefinida, não raro tem por objetivo justamente o comprometimento moral de conduta das tropas do oponente, com vistas à sua confusão mental e paralisia estratégica.

Em razão deste panorama, o trabalho tem por objetivo propor uma estruturação conceitual acadêmica para fundamentação filosófica da ética profissional militar idealmente desejada para o oficial da Força Aérea Brasileira, no que se justifica, na medida em que essas bases filosóficas devem fornecer as pré-condições que impeçam que uma situação de relativismo moral possa ser explorada para a inoculação de ideologias, desinformação e padrões de comportamentos distorcidos nas Forças Armadas, comprometendo moralmente seus integrantes e provocando a disfuncionalidade da Defesa Nacional.

Outrossim, o Poder Aeroespacial, objeto de enfoque maior no presente trabalho, se diferencia do Poder Terrestre e Naval por geopolíticas diferenciadas, ensejando

inclusive numa cultura organizacional e tipos ideais próprios de cada força. Nesse sentido, corrobora-se a hipótese de pesquisa de que certos valores éticos profissionais devem ser adaptados às peculiaridades de emprego de Força Aérea.

Para atingir o objetivo então, serão realizadas três análises reflexivas, com conclusões parciais em cada tópico, sintetizando ao final quais os pontos evidentes dessas análises que são mais importantes para compor o referencial conceitual acadêmico adequado para a Ética Militar do oficial de Força Aérea, passando por algumas considerações finais quanto às limitações do trabalho e possibilidades futuras de pesquisa nessa temática.

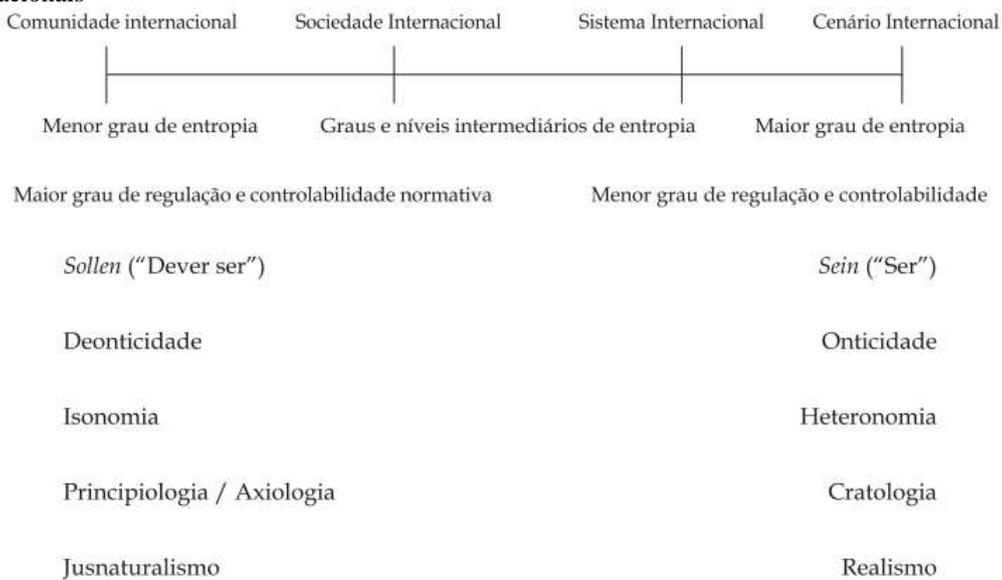
## 2 A ÉTICA E A GUERRA

O ser humano é a única espécie natural que se liga à cultura, à linguagem e ao seu registro intencional capaz de gerar o fenômeno da história, assim cria comunidades entorno de símbolos e valores, que obrigatoriamente levam a determinadas regras de conduta humana.

O Dicionário de Filosofia define ética como “a ciência da conduta humana”, existindo duas concepções fundamentais dessa ciência (ABBAGNANO, 2007, p. 380). Uma tem o ponto de partida do ser humano como ele deve ser, já a outra parte dos efeitos observáveis das suas ações como elas são. Ou seja, uma tem o ponto de vista idealista do “dever ser” ou *sollen*, em alemão (as intenções são mais importantes do que os resultados das ações) e o outro o mais realista do “ser” ou *sein*, em alemão (os resultados das ações são mais importantes que as intenções).

Assim é que os Estudos de Defesa, focados na interseção entre as áreas das Ciências Políticas e das Relações Internacionais, também refletem cientificamente como os conteúdos de moralidade e ética podem influenciar os tomadores de decisão do Estado, como podem assumir caráter de flexibilidade quando aplicados em casos concretos, conforme prescrito pela figura a seguir os pontos de vista quanto à formalização do ideal em direta oposição à valorização dos objetos reais das Relações Internacionais.

Figura 1 - Concepções fundamentais da conduta humana e suas implicações no espectro das Relações Internacionais



Fonte: Adaptado de (CASTRO, 2012, p. 89)

Entretanto, somente é possível que uma regra formal passe a ser real, praticada, se houver imputação de responsabilidades claras, logo é a capacidade de responsabilização que tornam válidos os efeitos de uma regra, e não a sua mera formalística.

Para isso, é necessário que exista uma maneira ordenada de atribuição de responsabilidades em conformidade com essas regras de conduta, indo ao encontro do conceito de justiça, que é, "em geral, a ordem das relações humanas ou a conduta de quem se ajusta a essa ordem" (ABBAGNANO, 2007, p. 595).

Sobre a justiça, Hegel apud Hude (2015, p. 96) afirma que ela "é constituída por uma mistura de igualdade e desigualdade, usualmente chamada de igualdade proporcional", que provém da oposição natural entre igualdade e liberdade. Não há justiça quando todos forem absolutamente iguais, pois não haveria qualquer liberdade, por outro lado, não há justiça se todos forem absolutamente livres, pois as desigualdades aumentariam até não haver mais segurança social, civismo e tolerância.

A distribuição justa dessa igualdade proporcional é então dirigida por três forças políticas, desde as primeiras democracias, em Roma por exemplo, permanecendo praticamente inalteradas até hoje: a) força dos *nobiles*, mais sensível à justiça legal e à autoridade, às tradições e à conservação da moral social mais estrita; b) força dos populares, mais sensível à justiça distributiva e à repartição igualitária dos bens e da

igualdade social; e c) força dos *equites*, burgueses liberais, mais sensível à justiça comutativa e à liberdade individual e de mercado (HUDE, 2015, p. 99–100).

Da primeira força política provém a valorização da meritocracia, raiz fundamental da Ética da Virtude, da escola aristotélica, portanto da concepção de que fazer o certo é ser merecedor, é buscar o mérito, que os valores e virtudes escritos nas tradições dizem que é o certo, portanto, para Aristóteles (1991, p. 212), o homem é um animal político e quanto mais suas práticas se aproximam do *télos* (palavra grega para finalidade) da comunidade política em que vive, mais merecedor dessa vida humano-política ele se torna, sendo assim, a Ética da Virtude é uma ética teleológica.

Da segunda força política provém a valorização da vida humana ao absoluto que, estando acima de qualquer outra finalidade, não pode ser diferenciada em importância da vida de outro ser humano, levando a uma série de deveres morais, para que o indivíduo possa atingir sua autonomia em sociedade sem comprometer seus pares, não havendo mérito no cumprimento do dever, pois não poderia haver autonomia numa sociedade em que a vida humana pudesse ser medida e diferenciada por outrem, raiz fundamental do impositivo moral do dever, da escola kantiana.

Da terceira força política provém a ideia de maximizar a liberdade do indivíduo, para que ele possa maximizar o seu bem-estar como mais eficiente for, livre de imposições morais meramente arbitrárias ou concepções metafísicas, raiz fundamental da ética utilitarista, devendo cada indivíduo ser o mais livre possível, dono do seu próprio destino, portanto fazer o certo é obter resultados observáveis e constatáveis pela ciência, que vão maximizar a satisfação para o maior número de pessoas possível.

A primeira parte do ponto de vista idealista focada no “ser”, as duas últimas partem do ponto de vista do “fazer”, sendo a segunda mais idealista e utópica, a terceira mais realista e distópica. Elas corroboram com as duas concepções fundamentais da ética (*sein* e *sollen*), já elencadas por Abbagnano (2007).

“A história escrita do mundo é, em larga medida, uma história de guerras, porque os Estados em que vivemos nasceram de conquistas, guerras civis ou lutas pela independência” (KEEGAN, 2006, p. 443). Sendo assim, as virtudes militares que Clausewitz (1984, p. 211–220) define como a obediência, a disciplina, a hierarquia, a coragem e a perseverança do espírito militar profissional, são fruto da tradição histórica da guerra, que molda o corporativismo da Ética Militar realista conservadora, até os dias atuais, sem o qual ela não formaria o espírito de corpo militar, capaz de suportar, pela honra, o mal estar e a violência mortal da guerra.

A manutenção rigorosa das práticas regulamentares da continência, os sinais de respeito, símbolos nacionais, hinos e canções, disciplina rígida, insígnias e distinção entre postos e graduações e, sobretudo, a valorização da meritocracia, dentre outras práticas, são condições *sine qua non* para a formação e manutenção de um *ethos* militar tradicional, pois sem o ambiente restritivo do indivíduo na caserna em poder das armas, pode ele agir maximizando interesses individuais, aproximando-se do mercenarismo e ficando exposto ao aliciamento por grupos ilegítimos.

Por outro lado, a Ética da Virtude depende de uma definição de mérito que, em última instância, é arbitrária, dependente da razoabilidade e do bom senso de quem arbitra sobre qual é a linha tênue que define o meio termo justo da honra, destarte a vitória pela honra pode ser conquistada sobre mortos e feridos, sobre uma terra destruída.

A evolução tecnológica tem realmente levado a essa possibilidade no campo de batalha, onde a destruição mútua é assegurada em pouco tempo, com os atuais armamentos que se dispõem, outrossim a evolução dos meios de comunicação pode levar a uma prelação diferente da história convencional sobre vencedores e vencidos, não favorável a quem atingiu seus objetivos militares planejados, tornando complexa a declaração da vitória de um lado por meio da derrota do inimigo. Seria então legítimo pensar em direitos do inimigo?

Como não há parâmetros racionais para definir um valor para a vida humana, Immanuel Kant (1724-1804) não só defenderia que sim, como iria mais além, uma vez que isso implicaria em um impositivo moral de proteger o direito à vida, universalmente, pois relativizá-la causaria a implicação lógica de relativização de todas as outras vidas humanas, concluindo também, pela mesma lógica racional, que exércitos permanentes (*miles perpetuus*) deveriam desaparecer totalmente, pois usar um ser humano

em troca de dinheiro para matar ou morrer parece implicar um abuso dos homens como meras máquinas e instrumentos em mãos de outro (do Estado), e este uso não se harmoniza bem com o direito de humanidade em nossa própria pessoa (KANT, 2006, p. 59).

Isso posto, não é conveniente que a Ética Militar seja pautada na racionalidade lógica matemática e universal, que levaria a concepções humanistas e culturais também universais e, esses impositivos morais de conduta universal partem de concepções ideais absolutas, portanto são ideológicos e, conforme já discorrido, as relações humanas não são mais justas quando suas concepções se tornam absolutas, ainda que sejam idealistas.

Apesar de utópico e, de fato, irrealizável, ainda assim há que se pensar em algum tipo de dever moral que imponha limites ao belicismo na Ética Militar, se não pela racionalidade absoluta kantiana, que levaria a um pacifismo militante e ideológico, pelo apotegma de Nietzsche (2003), há razões maiores para se respeitar um inimigo, ainda que seja legítimo vencer a guerra, quando o custo disso se torna a perda da própria humanidade de quem o faz, pois “aquele que luta com monstros deve acautelar-se para não tornar-se também um monstro. Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você”.

Nesse sentido, o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), reconhecendo a impossibilidade de tamanho idealismo kantiano e de considerar a justiça da causa de quem luta, ajuizadamente desconsidera o *Jus ad Bellum* no julgamento das transgressões dos combatentes em conflito armado, descaracterizando a existência de “direitos do inimigo”, mas sim, direitos e deveres dos beligerantes, independentemente dos lados em que lutam.

Portanto, a observância da Ética do Dever pela Ética Militar, em respeito inclusive ao Direito Internacional, é para a preservação da dignidade humana e da autoimagem da própria tropa, para que ela se acautele em atingir exatamente o necessário para cumprir os objetivos políticos a que foi mandada no conflito, e nada além disso, diminuindo inclusive a possibilidade de perda do controle da narrativa informacional da guerra pelo Estado e da retórica dos Direitos Humanos a seu favor.

Contudo, a inserção na comunidade internacional não se dá unicamente pela retórica humanista, tampouco pela militância ideológica apenas. A história mostra que uma série de pré-condições geopolíticas tangíveis, reais, precisam estar antecipadamente alinhadas a favor de seus interlocutores, para que esse controle da retórica humanitária do direito surta o efeito diplomático e informacional desejado na comunidade internacional.

Afinal, a composição permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apenas com os países mais poderosos do mundo militarmente, mostra a incoerência com o universalismo libertário das pautas teóricas das organizações internacionais, quando as intenções humanitaristas, que em tese defendem seus integrantes, não são favorecidas por condições geopolíticas alinhadas com seus interesses. A própria existência das expressões “forças de paz” ou “imposição de paz”, no léxico das organizações internacionais, são paradoxos em suas próprias definições, que só se sustentam pelo controle das narrativas e pelo domínio da retórica.

Ademais, virtudes morais, honra ou bom caráter não são, em geral, indicadores observáveis e tangíveis que as autoridades políticas de Estado almejam para atingimento dos seus objetivos práticos, reais, portanto para que exista confiança em um produto entregável e observável pelo poder militar ao Estado, é necessária uma conduta humana voltada também para a obtenção de resultados práticos das suas ações, não só baseados em virtudes e deveres, mas em resultados mensuráveis e observáveis.

Essa é a vertente utilitarista da Ética Militar, voltada para a capacidade técnica de administrar a violência, conforme Huntington (1996) define como uma das características do realismo conservador da mentalidade militar, que deve se pautar pela observação científica rigorosa da eficiência e eficácia dos meios e fins militares.

Dito isso, como primeira conclusão parcial deste trabalho, a Ética Militar como ciência deve compreender, explicar, predizer e, se possível, prescrever regras morais de conduta profissional militar, para que os líderes de uma moderna Força Aeroespacial assumam responsabilidades, pautando-se pelo fundamento moral de conduta humana a seguir:

- (1) **Realista:** é o utilitarismo voltada para o atingimento de resultados tangíveis e entregáveis para a consecução de objetivos políticos de guerra, valorizando o perfil técnico profissional e científico, bem como o estudo sistematizado da Geopolítica para a formulação científica do pensamento militar.
- (2) **Conservadora:** é a Ética da Virtude baseada na razoabilidade, ou seja, na tomada de decisões e responsabilidades com base no método histórico, obrigando a consulta à tradição histórica, para considerar erros e acertos do passado e prescrever a manutenção de bons hábitos militares, levando ao corporativismo militar, à valorização do estudo sistematizado da História Militar e à meritocracia nos quartéis.
- (3) **Humanitária:** é a Ética do Dever, que impele o militar ao estrito cumprimento do dever apenas, sem que determinados limites de dignidade humana sejam ultrapassados, com vistas à potencialização do atingimento de objetivos políticos de Estado democrático.

Tendo articulado esses fundamentos morais da legitimidade da Ética Militar, dado o aspecto realista conservador da Ética Militar, é natural que nos Estados democráticos existam choques entre corporação militar tradicional e democracia liberal, necessitando haver certos limites respeitosos entre essas esferas, portanto, no próximo tópico será mais bem elaborada a construção das relações civis-militares nos Estados contemporâneos e a importância da Geopolítica na construção do pensamento militar científico, tendo o Estado como cliente do poder armado, que implica em tipos ideias de padrões de conduta, especificamente voltados para o contexto democrático.

### 3 A ÉTICA MILITAR E O ESTADO

No contexto das Revoluções Burguesas na Europa, entre os séculos XVII e XVIII, o sistema feudal estava em declínio e sendo remodelado pela ascensão da burguesia, que ansiava por uma figura detentora do monopólio da violência, capaz de controlá-la de modo mais estável que a nobreza e adaptada às necessidades do nascente modo de produção capitalista, sendo esses anseios atendidos pelo modelo burocrático de Estados modernos em voga atualmente (WEBER, 2004), destacando-se antes disso porém, no campo das bases conceituais da legitimidade dos exércitos profissionais permanentes estatais, um dos fundadores da Ciência Política moderna, o filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527).

A inovação de Maquiavel foi romper com as antigas tradições religiosas e teleológicas manipuladas pelo clero e pela nobreza, que usufruía da violência sob concepções metafísicas, motivadoras de guerras constantes, que impediam a criação de Estados organizados com preservação de ordem pública interna, dada a grande fragmentação do poder que essa dinâmica causava em inúmeros principados, reinos e ducados que, movidos por ideais nobres, atacavam-se uns aos outros num constante derramamento de sangue, mas não possuíam, na maioria dos casos, uma liderança pragmática, que conseguisse enxergar estrategicamente as relações humanas sob a ótica dos seus interesses realistas, mantendo a estabilidade no poder.

Em *O Príncipe*, Maquiavel (1999, p. 84 a 85), afirma que “os principais fundamentos dos Estados [...] são boas leis e boas Armas”, e que “não é possível haver boas leis onde não há boas Armas”, “Maquiavel então condena os príncipes e as Repúblicas que não possuem exército próprio, pois ficam à mercê de Armas mercenárias que não possuem relação de lealdade” (MAQUIAVEL 1994, p. 83, apud GARCIA 2018, p. 6), tentando apenas descrever a verdade efetiva da dinâmica do poder como ele se apresentava de fato (cerne do realismo político) e não como a lealdade ou outros conceitos deveriam idealmente ser em concepções teleológicas, expondo a lassidão das boas intenções quando o soberano, a qualquer momento, pode vir a cair se for invadido por outro, levando à constante desordem interna, mesmo que acredite em uma causa nobre e justa.

Essa é a vertente da *Ultima Ratio Regis* em nome da segurança do Estado, sob uma perspectiva pessimista das relações humanas, de onde provém o realismo do caráter militar, que molda ainda hoje grande parte do espírito militar dos exércitos profissionais permanentes, sem o qual a prontidão advinda de Forças Armadas perenes não se

justificaria a priori, sobretudo num primeiro momento, ainda voltado para o recém contexto westfaliano que deveria impedir, em tese, a mera autodestruição entre os Estados sem uma finalidade política maior justa.

Carl Von Clausewitz (1780-1831) então é quem melhor estabelece inicialmente as bases conceituais para uma relação justa entre guerra e política, ou entre os militares e Estado. Ele afirma que a guerra é “uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91).

O autor prussiano acabaria, mesmo que não intencionalmente, corroborando com a posterior criação da escola geopolítica clássica, demonstrando que as Forças Armadas são uma parte de um organismo estatal maior vivo, animado por uma força natural, composta por violência, ódio e inimizades primordiais, constituindo a trindade paradoxal na qual “o primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 92).

Desse modo, a relação dos militares com o governo tenderia a ser justa, na medida em que há o reconhecimento pelo governo do cálculo geopolítico da sua liberdade de ação, haja vista que as inimizades primordiais do Estado e o ódio primordial do povo, diante das incertezas do jogo político internacional, cedo ou tarde obrigariam os militares à maximizar a segurança do Estado, pela capacidade e especificidade técnica que possuíam para esse fim, seja destruindo seus inimigos, seja pelo equilíbrio de poder (*ballance of power*) na dialética de vontades contra possíveis competidores, levando à síntese: o fundamento moral da Ética Militar no nível político estratégico deve visar a maximização da segurança do Estado no cenário internacional, à serviço da política nacional, portanto é utilitário.

Obviamente que Clausewitz não vivia num contexto de amadurecimento de democracias liberais e da globalização atual, que acrescentaria exponencial complexidade nessa síntese do fundamento moral de ética entre militares e Estado nas Relações Internacionais.

Todavia, ainda que sob o enfoque mais liberal e democrático, como enfatiza Joseph Nye a seguir, não faria cessar a necessidade de um *ethos* militar guerreiro do comandante no nível político-estratégico, corroborando com Morris Janowitz (1960), em prol da maximização da segurança do Estado, ainda que seu governo privilegie a aplicação do poder da sua influência cultural e diplomática (*soft power*), optando por manter o poder militar (*hard power*) apenas como suporte.

A ética desempenha um papel menos importante na política internacional do que na política interna, [em virtude do] fraco consenso internacional sobre valores éticos [...]. Primeiro porque existem diferenças culturais e religiosas sobre a justiça de alguns atos. Em segundo lugar, os estados não são como indivíduos. Estados são abstrações e, embora seus líderes sejam indivíduos, os estadistas são julgados de maneira diferente de quando agem como indivíduos. [...] Um presidente é encarregado pelos cidadãos de proteger seus interesses e, em algumas circunstâncias, isso pode exigir o uso da força. Presidentes que se esforçaram em salvar suas próprias reputações, mas falharam em proteger seu povo, nunca foram dignos de confiança (NYE, 2007, p. 22 tradução nossa).

Contudo, a maximização da Segurança Nacional em prol da coletividade, geralmente leva também a um Estado máximo que restringe as liberdades individuais, ainda que o Estado ganhe maior independência externa e seus cidadãos estejam coletivamente mais protegidos (BUZZAN, 1983, p. 30), tendo em vista crescentes custos de mobilização para guerra e possível crise política interna proveniente de excessivo poder militar nas mãos dos governos, que podem vir a utiliza-las internamente, inclusive com transbordamento de militarização para a sociedade civil.

Destarte o recrudescimento da geopolítica da Guerra Fria, a partir dos anos 1960, obrigou várias democracias a conviverem internamente com uma crescente corrida armamentista, motivada pela pauta da destruição mútua assegurada da guerra nuclear, em um dilema de segurança internacional que impeliu os Estados Unidos a intervirem militarmente de forma global, acumulando poder militar sem precedentes. Esse aumento de convivência próxima do meio civil com capacidade militar crescente levou à instabilidade política e democrática em vários países do mundo (HUNTINGTON, 1993).

Assim, para que continuasse existindo uma força militar altamente capacitada e profissional, mas num equilíbrio de poder entre civis e militares, uma vez que os civis não possuíssem acesso às armas, Huntington (1996) defende o tipo ideal do controle civil objetivo sobre as Forças Armadas, contando para isso com a mentalidade militar constituída por valores éticos profissionais na caserna guiando o seu afastamento salutar do setor político, desde que exista uma relação justa, “que se opera na distribuição do poder político igualmente entre grupos militares e civis. Essa distribuição visa maximizar a profissionalização militar, pois torna os militares instrumentos do Estado” (GARCIA, 2018; p. 10).

Por ter formação diferenciada, o oficial militar, para Huntington (1996, p. 29-30), reúne as características ideais de profissionalização nas Forças Armadas, qual seja a sua capacidade de ofício de administração da violência, que inclui: “1) organizar, equipar e

treinar essa força; 2) planejar suas atividades; e 3) dirigir as operações dentro e fora do combate”.

Tanto Huntington quanto Janowitz consideram que a abertura de escolas militares para um público amplo a partir do século XX é que foi o elemento essencial ao profissionalismo militar, que contribuiria para disseminar o “espírito do profissionalismo” (JANOWITZ, 1960).

A educação militar se coloca como uma característica importante para o profissionalismo, pois contribui para formar novos quadros e difundir a filosofia do oficial moderno. A educação, aliada a conscrição, o serviço militar obrigatório, foi a combinação que impulsionou uma cultura militar no século XIX e que contribuiu para elevar o nível de profissionalização (HUNTINGTON, 1996; p. 57 apud GARCIA, 2018; p. 10).

As Forças Armadas, portanto, precisam manter o distanciamento da política para se manterem nas questões essencialmente técnicas da profissão militar, devendo essa relação civil-militar ser respeitada e observada pela oficialidade, que presta seu assessoramento técnico altamente especializado ao meio político quando assim for requisitado, levando à conclusão parcial dessa análise, sintetizada nos pontos a seguir:

- (1) A Ética Militar é fruto da profissionalização militar demandada pelos Estados modernos e sua construção e fortalecimento é baseado em:
  - a. educação militar;
  - b. especialização e competência técnica do oficialato; e
  - c. comprometimento com os objetivos políticos de Estado;
- (2) A Ética Militar nas relações com a política internacional deve prescrever uma conduta pragmática e estratégica pela maximização da segurança do Estado, submetido ao controle civil objetivo nas democracias.

No próximo tópico será então feito um levantamento de arcabouço teórico de Ética Militar especificamente relacionada com o advento da geopolítica aeroespacial.

#### **4 ÉTICA MILITAR E PODER AEROESPACIAL**

O Poder Aéreo é fruto da evolução essencialmente tecnológica e industrial, derivado de uma mudança radical de situação cultural e de condução da guerra, quando esta passou a ser vinculada à sua projeção vertical na guerra aérea, que “junto com o poder espacial e demais elementos constitutivos pertencem a um conceito maior que extrapola a dimensão do combate, o Poder Aeroespacial” (ROSA, 2014; p. 29).

O fenômeno da guerra então, periodicamente, passa por transformações que alguns autores denominam “Revolution in Military Affairs” - RMA” (revolução dos assuntos militares).

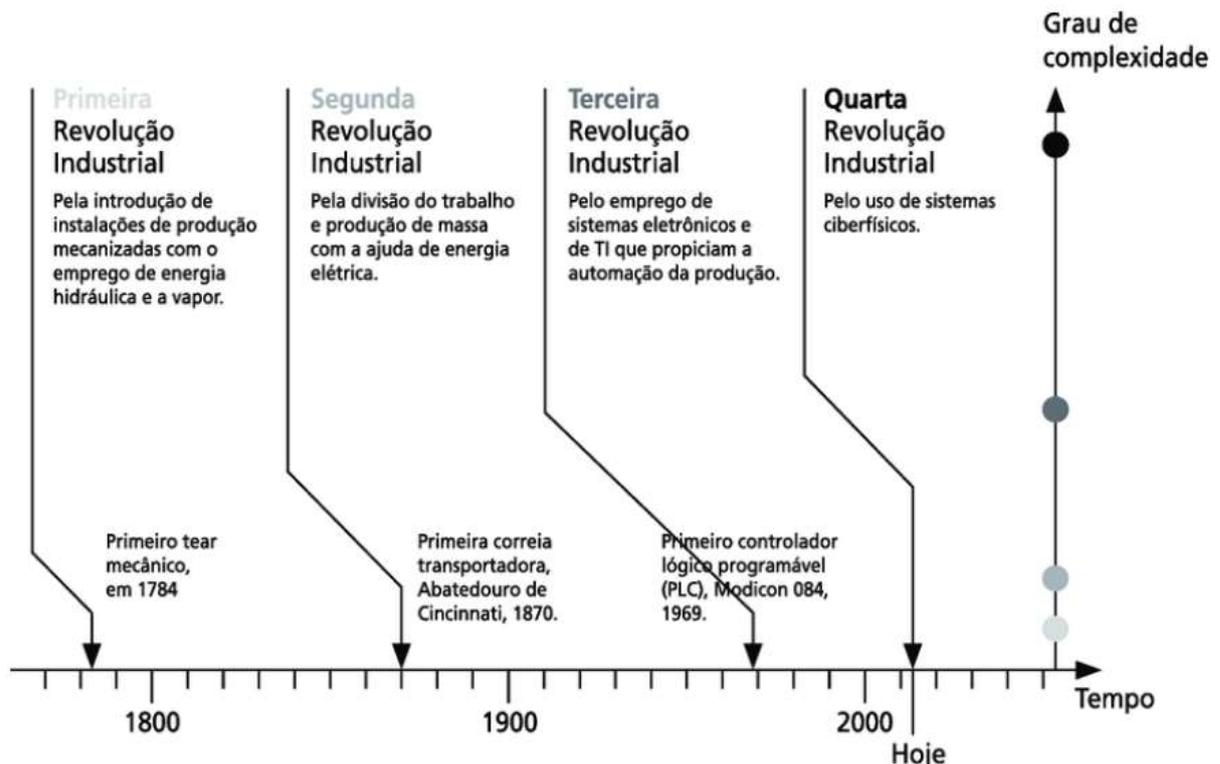
RMA seria uma alteração profunda na forma de conduzir a guerra que imporia descontinuidades quantitativas ou diferenças qualitativas de tal ordem que resultariam na virtual obsolescência das formas anteriores de combater, fazendo com que as diferenças de eficácia e eficiência fossem de tal forma pronunciadas que se estabeleceria uma assimetria potencialmente decisiva entre aqueles que não quisessem ou não conseguissem emular a nova forma de combater (PROENÇA JR., 1999; p. 173 apud ROSA, 2014; p. 23).

Segundo Boot (2007) a história vivenciou quatro grandes RMA, quais sejam: a) Revolução da Pólvora (1500-1700); b) 1ª Revolução Industrial (1750-1900); c) 2ª Revolução Industrial (1900-1940); e d) Revolução da Informação (desde 1970).

Atualmente vislumbra-se também que uma nova revolução advinda da nanotecnologia, da biotecnologia, da inteligência artificial, dentre outras inovações que têm impulsionado a Revolução Industrial 4.0, pode já estar impactando significativamente a forma de condução da guerra.

Combat; Friede (2019, p.165-197) afirmam que, enquanto uma RMA modifica a forma conceitual de condução da guerra por meio de uma combinação de inovações táticas, organizacionais, doutrinárias e tecnológicas, quando elas são conjugadas com eventos incontroláveis e imprevisíveis que alteram a estrutura da guerra, por meio de novas formas de combate inovadoras, elas se tornam uma Revolução Militar (RM), derivadas de uma modificação radical de uma situação cultural, que altera toda uma concepção existencial de vida humana em sociedade e, conseqüentemente, a natureza dos conflitos bélicos.

Figura 2 - Diagrama com as Revoluções Industriais da Era Moderna.



Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-9-Evolucao-da-complexidade-industrial-Da-Industria-10-a-Industria-40-Fonte\\_fig2\\_319552084](https://www.researchgate.net/figure/Figura-9-Evolucao-da-complexidade-industrial-Da-Industria-10-a-Industria-40-Fonte_fig2_319552084). Acesso em: 04/04/2021

A complexidade crescente das concepções de vida em sociedade advindas dos eventos incontroláveis que tem alterado a estrutura da guerra ao longo da história, conforme expostos no diagrama acima, tem aumentado a interdependência sistêmica das Organizações Militares com o meio em que estão envolvidas, obrigando-as a abandonar padrões de conduta tradicionais de burocracia inoperante, com departamentalizações, horários de expediente fixos, rotinas e rígidas divisões de tarefas, para um modelo de administração sistêmica, interdependente com o meio em que está inserido e a sociedade civil, e que necessita de uma mentalidade militar mais cooperativa, voltada para o atingimento de objetivos corporativos, menos competitiva, feudal e setorializada.

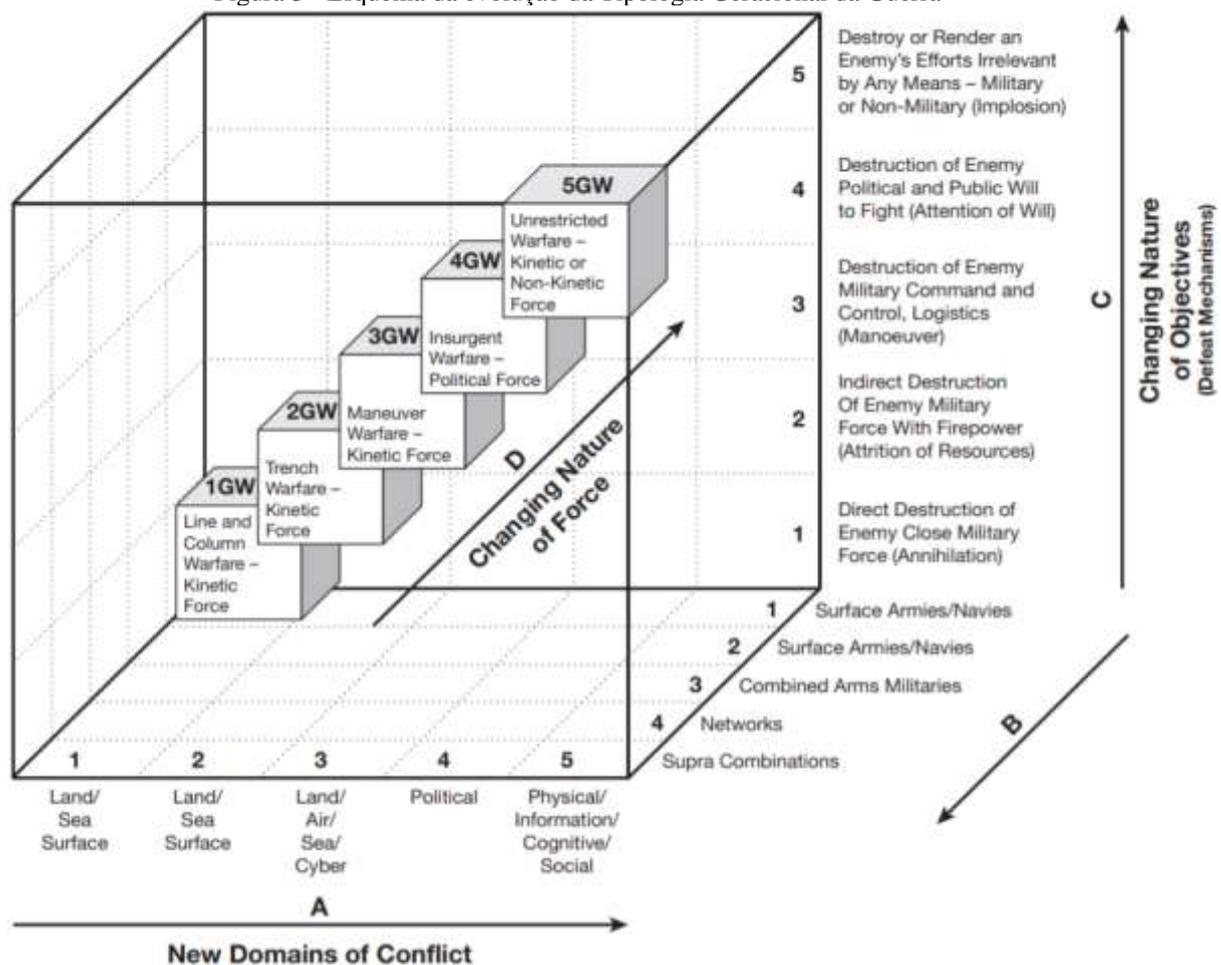
“A disciplina só é real e proveitosa quando se traduz em atos voluntários do subordinado, ditado pelo sentimento do dever de uma corporação livre e não pelo receio que porventura possam inspirar castigos previstos nos regulamentos”, já preconizava, em 1920, o artigo 2º do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército Brasileiro (RISG), sob inspiração dos tenentes “jovens turcos” (TREVISAN, 2011; p. 143).

A Ética Militar contemporânea deve assim estabelecer padrões de conduta dos seus militares que estimulem mais a cooperação sistêmica em face de ameaças e dificuldades, ao invés da competição interna e da motivação punitiva-reativa, buscando

benefício mútuo advindo das trocas constantes entre militares e sociedade civil organizada, haja visto o aumento inexorável da interdependência a que todas as organizações estão sendo submetidas com o avanço global da complexidade tecnológica.

A maior parte dos estudiosos que adotam a Tipologia Geracional da Guerra estabelecida por William Lind et al. (1989) convencionou a existência de quatro RM, enquanto outros autores como Reed (2008), Williamson Murray (2001) e Thomas Hammes (2007), entendem que o mundo convive com uma quinta RM atualmente, com as chamadas Guerras de 5ª Geração, conforme pode sintetizado no esquema a seguir.

Figura 3 - Esquema da evolução da Tipologia Geracional da Guerra



Fonte: REED (2008, p. 691)

Lind et al. (1989) estabeleceu o Tratado de Westphalia como marco temporal criador dos Estados modernos, consequentemente responsável pela 1ª geração da guerra moderna protagonizada por exércitos profissionais estatais permanentes, a 2ª geração foi fruto de um salto tecnológico da era industrial, esse tipo de guerra era essencialmente terrestre e linear, exigia pouca iniciativa do militar em combate, superioridade numérica

com emprego de grandes contingentes de tropas, limitados pela dimensão horizontal do campo de batalha próximo, levando a uma guerra de atrito e à necessidade de conquista de território e avanço da linha de contato com o inimigo.

Essa forma de combater ainda faz sentido para eventualmente ser empregado por tropas terrestres e navais, que necessitam de uma disciplina rígida voltada para o emprego de grandes contingentes, Visacro (2011 p. 53) aponta ainda que a maioria dos exércitos no mundo hoje de fato não passaram da 2ª geração, em termos de capacidade de condução da guerra.

A guerra de Terceira Geração é baseada não no poder de fogo e atrito, mas na velocidade, surpresa e no deslocamento mental e físico. Taticamente, durante o ataque, o militar da Terceira Geração procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para a frente. Ao invés de “aproximar e destruir”, o lema é “passar e causar o colapso” [...] A guerra de Terceira Geração não é linear LIND (2005) apud VISACRO (2011; p. 52).

Observa-se que a guerra aérea, a guerra nuclear e toda a geopolítica aeroespacial que moveu a criação de Forças Aéreas é um fenômeno derivado da RM que deu origem à Guerra de 3ª Geração, entretanto, uma RM requer oficiais que abracem a mudança e suas novas ideias, sendo mais vantajoso no campo de batalha serem mais independentes do que previsíveis, abandonando soluções ortodoxas pré-concebidas que serviram para as guerras do passado.

O modelo institucional de Força Aérea deve assim partir do fato de que ela não foi feita para as duas gerações anteriores da guerra, e o oficial do futuro de Força Aérea deve ser aquele que estuda os problemas para o ambiente em que o Poder Aeroespacial foi criado com lógica, criatividade e imaginação, obtendo soluções práticas e originais para um contexto que necessita de mobilidade, flexibilidade, alcance e poder de penetração, dentre outras características de Força Aérea.

Já nas guerras de 4ª e 5ª geração, decorrentes da Era da Informação e consequentemente quarta e quinta RM (ainda em curso), o fator psicológico e informacional se tornam mais importantes, a guerra deixa de ser comandada essencialmente pelos militares e passa a ser gerenciada pelo poder combinado de elementos do Poder Nacional (militar, econômico, político, tecnológico-científico e psicossocial), tendo como característica fundamental a presença de elementos limitadores do poder militar estatal com a consequente hibridização dos conflitos armados, bem como uma disputa por narrativas e conquista de corações e mentes utilizando, na 5ª geração, de

tecnologias disruptivas da Indústria 4.0 como: nanotecnologia, biotecnologia, computação quântica, redes neurais e inteligência artificial, dentre outras possibilidades.

Nesse tipo de ambiente, o Poder Aeroespacial atua muito além do elemento militar, com aeronaves que não são empregadas necessariamente na guerra aérea, mas muitas vezes no apoio à população, para que se atinjam objetivos geralmente psicológicos (*soft power*), trabalhando na manutenção do Poder Nacional pelo Estado por várias formas que não só o emprego de Força Aérea na dimensão cinética, sem que se descuide, obviamente, do poder dissuasório convencional.

Em que pese não ser desejável o perfil profissional de oficial rigidamente disciplinado, que simplesmente cumpra regulamentos porque “sempre foram assim”, também se observa que as exigências de higidez moral e física, a alta resiliência e capacidade de tolerância à frustração, são fatores que não podem ser desconsiderados na formação ética e de competências morais do oficial militar para esse tipo de ambiente.

Representemos um piloto em sua cabine: sua situação não tem nada de invejável. O espaço de que dispõe é mínimo. (...) amarrado por múltiplos cintos que lhe imobilizam o peito e as coxas, ele quase não pode se mexer. Sobre a cabeça o capacete é bastante justo para não se soltar em caso de ejeção; o nariz e a boca são cobertos com uma máscara ligada ao sistema de oxigênio do avião. Às vezes o trabalho exige que se empregue uma grande força física. As variações de temperatura, assim como as mudanças de pressão, podem ser consideradas difíceis de suportar e podem expor o piloto a riscos de aeroembolismo, hiperbarismo, hipóxia e até desmaios. As acelerações podem atingir até 9 G, o que ocasiona desordem no sistema cardiovascular, na pressão arterial, nos ligamentos suspensores das vísceras, etc. (...) a justa apreciação dessas enormes exigências de trabalho só é possível para aqueles que já viveram a experiência do avião (DEJOURS, 1979; p.27).

Por outro lado, a Indústria 4.0, e possível quinta RM, está levando as Forças Aéreas ao que Sparrow (2015) e Guiora; Shelton (2015) ao dilema das *targeted killings* (assassinatos dirigidos) no contexto das *teleoperated warfare* (guerras teleoperadas), em que a honra e a coragem física do militar sob fogo estão sendo questionadas em detrimento de novos desafios a que, por exemplo, pilotos de drones estão sendo submetidos no “conforto” dos seus *shelters*, a quilômetros de distância da guerra, sendo levados a julgamentos morais que necessitam de muito mais discernimento para tomar decisões difíceis mentalmente, como quando reclassificar de neutro para hostil um ser humano na tela de um computador, pesando na sua consciência e na sua responsabilidade, até que ponto isso não seria um assassinato por procuração a serviço de uma autoridade, ou apenas a necessária destruição de um alvo importante, também a guerra cibernética

tem trazido dilemas quanto à necessidade ou não da adequação do perfil desses profissionais ao militarismo e sua higidez tradicional.

As limitações acadêmicas deste trabalho não permitem que se explore mais a fundo todas as particularidades da formação ética profissional idealmente desejadas para cada um dos diferentes quadros de Força Aérea, porém com todo o contexto das RM exposto, fica claro que, mesmo em atividades de apoio ou proteção de meios aéreos no solo, por equipes de guarda e segurança, em geral, o Poder Aeroespacial idealmente não emprega grandes contingentes de tropas que precisam de obediência rígida em combate extenuante no terreno pela Força Aérea, restando assim a última conclusão parcial deste trabalho.

(1) A Ética Militar contemporânea deve estabelecer padrões de conduta cooperativa e sistêmica, que levem seus indivíduos a se beneficiarem da interdependência, seja internamente na corporação e com a sociedade civil em que estão inseridos;

(2) O Poder Aeroespacial exige um perfil ético profissional do oficial de Força Aérea orientado por princípios que o levem a ter capacidade de julgamento moral, senso de oportunidade e iniciativa, ações descentralizadas e independentes, voltadas para o cumprimento de objetivos sistêmicos da corporação por meio de gestão de processos, tarefas entregáveis pelos indivíduos, ao invés de priorizar a competitividade, gestão funcional, regras fiscalizáveis e rotinas formais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as Forças Armadas estão inseridas num cenário complexo de Guerra de 4ª e 5ª Geração, caracterizado pela exploração psicológica da guerra de narrativas, que tem por objetivo lesar o tecido social dos Estados, distorcendo os fundamentos conceituais mais básicos das suas instituições, incluindo a Ética Militar nas Forças Armadas, tornando o discernimento do indivíduo entre certo e errado suficientemente maleável para sua manipulação, tendo sido descartado nessa pesquisa a análise das ideologias ou qual espectro político, seja de direita ou de esquerda, venha a ser inoculado no meio militar para essa manipulação.

Considerando que os limites da pesquisa para apresentação neste documento não tenham permitido extrapolar a fundamentação conceitual da Ética Militar para avançar na prescrição efetiva de mudanças práticas no ensino e aprimoramento do pessoal militar na Força Aérea e, ainda que não tenha sido possível maior aprofundamento na questão da hibridização dos conflitos armados, apesar da constatação do contexto de pós-verdades e o seu transbordamento para o meio militar, fato é que, julgou-se não ser pertinente discutir o controle do que possa ou não circular na dimensão informacional na sociedade em geral,

mas sim focar em como estabelecer um antídoto ao relativismo pernicioso de referenciais morais básicos do meio militar, começando por uma base conceitual acadêmica, científica e segura, para que os princípios de Ética Militar não sejam maliciosamente distorcidos.

Diante de todo o exposto, pontuam-se as interrelações das conclusões parciais do trabalho, sintetizando-as num modelo de Ética Militar por princípios, no quadro a seguir.

Quadro 1 - Síntese da fundamentação filosófica ocidental e suas implicações ao Poder Aeroespacial

	<b>ÉTICA MILITAR</b>		
	<b>REALISTA</b>	<b>CONSERVADORA</b>	<b>HUMANITÁRIA</b>
<b>Fundamento moral</b>	Utilitarismo: ética da maximização dos interesses	Teleologia: ética das virtudes	Kantianismo: ética do dever moral
<b>Justificativa</b>	Pensamento militar científico e especialização técnica	<i>Ethos</i> militar corporativo	Cumprimento do dever militar
<b>Relações com o Estado</b>	Interesses nacionais e geopolíticos nas Relações Internacionais	Diferenciação da sociedade civil e subordinação militar à política de Estado	Cumprimento do dever cívico
<b>Implicações ao Poder Aeroespacial contemporâneo</b>	Geopolítica Aeroespacial e as características de Força Aérea orientadas para a dimensão vertical da guerra	Conduta sistêmica e autodisciplina individual do militar	Conduta cooperativa e interdependência com a sociedade civil

Fonte: O autor.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5<sup>a</sup> ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BOOT, M. **War made new: weapons, Warriors, and the making of the modern world**. New York: Gotham Books, 2006.

BUZZAN, B. **People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations**. Sussex: Wheatsheaf Books, 1983.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

CLAUSEWITZ, C. VON. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1984.

COMBAT, F; FRIEDE, R. **Das Novas Guerras**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2019

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**. Rio de Janeiro: Cortez, 1979.

GARCIA, F. R. **A formação militar profissional: uma leitura a partir das obras de Morris Janowitz e Samuel Huntington**. 10<sup>o</sup> Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2018.

GUIORA, A; SHELTON, J. Drones And Targeted Killings: facing the challenges of unlimited executive power. **Routledge Handbook of Military Ethics**. New York: Taylor & Francis Group, 2015. p. 368-379.

HAMES, T. **Military Review**. Fourth Generation Warfare Evolves, Fifth Emerges. v. May-June, 2007.

HUDE, H. **A Ética do Decisor**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civís e militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JANOWITZ, M. **The professional soldier, a social and political portrait**. Glencoe: The Free Press, 1960.

KANT, I. **Para a Paz Perpétua**. Galiza: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

KEEGAN, J. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

LIND, W. S. et al. The changing face of war: Into the fourth generation. **Marine Corps Gazette**, p. 22–26, 1989.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

MURRAY, T. **The Dynamycs of Military Revolution**. London: Cambridge University Press, 2001.

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REED, D. J. Beyond the war on terror: Into the fifth generation of war and conflict. **Studies in Conflict and Terrorism**, v. 31, n. 8, p. 684–722, 2008.

ROSA, C. E. V. **Poder Aéreo: guia de estudos**. Rio de Janeiro: Editora Luzes, 2014.

SPARROW, R. Drones, Courage, And Military Culture. **Routledge Handbook of Military Ethics**. New York: Taylor & Francis Group, 2015, p. 380-394.

TREVISAN, L. N. **Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, Bibliex, 2011.

VISACRO, A. O Desafio da Transformação. **Military Review**, v. março-abril, p. 46–54, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2 ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, 2004.